

## Perspectivas em organização do conhecimento e informação

### Perspectives in knowledge and information organization

**Ma. Mariane Costa Pinto**

[marianecpinto@hotmail.com](mailto:marianecpinto@hotmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/8411586071712823>

<https://orcid.org/0000-0001-5059-7157>

*Submetido: 07 ago. 2020*

*Publicado: 06 out. 2020*

#### Resumo

Este artigo apresenta referenciais teóricos sobre organização do conhecimento e informação. O objetivo é investigar a produção bibliográfica sobre o tema entre 2000 e 2019 e, para tanto, utiliza como metodologia a revisão de literatura e percorre uma trajetória teórica que aborda definições de conceito, construção de conhecimento e classificação. A partir dessa amostra, escolhida por meio de indicações de professores do Mestrado e Doutorado da autora, faz-se uma análise de suas definições para que resultem em uma discussão sobre como a organização da informação impacta sua recuperação e consequente elaboração de instrumentos de pesquisa. Com isso, é possível cumprir sua função como sistematizadora da informação, aprofundar e confrontar paradigmas e gerar novas discussões e propostas teórico-metodológicas sobre o tema, a fim de melhorar práticas.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Organização do conhecimento. Organização da informação. Classificação de conceitos.

#### Abstract

This article presents theoretical references on the organization of knowledge and information. The objective is investigate the bibliographic production on the theme between 2000 and 2019 and, for that, it uses literature review as methodology and goes through a theoretical trajectory that addresses the definitions of concept, knowledge construction and classification. Based on this sample, chosen by means of indications from the author's Masters and Doctorate professors, an analysis of its definitions is made, so that they result in a discussion on how the organization of information impacts its recovery and the consequent elaboration of research instruments. With this, it is possible to fulfill its function as a systematizer of information, to deepen and confront paradigms and to generate new discussions and theoretical-methodological proposals on the subject, in order to improve practices.

**Keywords:** Information Science. Knowledge organization. Information organization. Classification of concepts.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, sabe-se da importância de estruturar o conhecimento, haja vista a quantidade na qual a sociedade é submetida por meio das tecnologias e de tudo o que é produzido e circula rapidamente, impactando a maneira como as gerações apreendem as informações.

Entretanto, esta não é uma preocupação recente, a definição de conceito perpassa por intelectuais que vão desde Aristóteles até publicações atuais como Barité (2015), e é a partir da definição de conceitos que a mente produz mecanismos que levam a compreensão de uma informação e ao conhecimento de determinado assunto.

No aprofundamento dos estudos sobre a Ciência da Informação, a produção e organização da informação encontram sua importância. As aplicações para armazenamento e recuperação de informação, como índices, classificações bibliográficas e instrumentos de pesquisa, têm sido parte da prática na área e de sua investigação, desde o final do século XIX (GUIMARÃES; DODEBEI, 2013).

Este artigo é a retomada do trabalho realizado em Pinto (2019), que discute a representação de conteúdo na recuperação da informação arquivística, e apresenta referencial teórico em organização do conhecimento e informação, que serve como base para a sistematização da informação e sua consequente recuperação. Isso é feito por meio de uma revisão de literatura e almeja-se, com isso, o aperfeiçoamento de um arcabouço teórico para fundamentar esses conceitos, e a partir disso, criar subsídios para a investigação do tema.

## 2 METODOLOGIA

Para responder ao objetivo de investigar a produção bibliográfica sobre organização do conhecimento e da informação foi necessário desenvolver um embasamento teórico por meio de uma revisão de literatura, com vistas à identificação dos principais autores e abordagens para a elaboração de uma fundamentação teórica pertinente.

Alguns critérios foram adotados para a inclusão e exclusão das referências bibliográficas utilizadas neste trabalho. Foram selecionados 14 textos de livros, teses, revistas e artigos publicados, em português, inglês e espanhol, entre 2000 e 2019, recebidos por indicação do orientador da dissertação de mestrado da autora no Mestrado de Ciência da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa, Carlos Guardado da Silva, e da professora de Organização e Gestão do Conhecimento, do doutorado em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra, Maria Cristina Vieira de Freitas, incluindo a dissertação produzida pela autora.

A única exceção foi o livro de Greimás e Courtes, de 1979, Dicionário de Semiótica, pela pertinência da obra na definição de conceito e seu uso recorrente em publicações do período estipulado.

Procurou-se aprofundar as definições de conceito, classificação e organização do conhecimento e da informação a organização da informação por meio de investigação exploratória, de cunho teórico, qualitativo, e parte de um método indutivo (MARCONI; LAKATOS, 2003). Pretende explicitar o problema, aprimorando as ideias a respeito do assunto, considerando os seus variados aspectos, de maneira descritiva (GIL, 2004).

### 3 O QUE É CONCEITO?

O conceito é parte essencial na organização do conhecimento e muitas definições foram construídas para seu significado. De acordo com Francelin e Kobashi (2011), Aristóteles afirmava que sua origem grega, *horos*, possuía três partes: *logos* (enunciado), *pragma* (evento) e *noema* (pensamento). A tradução para o latim deu origem a *terminus* (termo), aproximando seu significado ao viés linguístico de *logos*.

Segundo Alvarenga (2001), a partir do século XVIII, Christian Von Wolff (1679-1754) utilizou o *horos*, compreendendo o seu significado como signo e conteúdo. Posteriormente, foram abordadas diversas definições para conceito. Ogden e Richards (1923 *apud* ALVARENGA, 2001, p. 5-6) elaboraram um triângulo para representar seu significado no qual

no vértice superior encontra-se o objeto da realidade; no vértice da direita o conceito, formado de todos os enunciados que podem ser proferidos sobre o referente; e no vértice da esquerda encontra-se o símbolo, o signo, termo, número, ícone, designando o conceito sobre o objeto referente.

Greimás e Courtes (1979, p. 70), no seu Dicionário de semiótica, afirmam que “conceito comporta numerosas e variadas definições, todas, porém, referindo-se mais ou menos a grandezas do significado (= ideias), suscetíveis de organizarem os dados da experiência”.

Os autores prosseguem, apresentando as definições de acordo com a semiótica, no qual conceito tem o sentido de denominação, e concluem as definições de conceito com uma concepção de influência hjelmsleviana (inspirada no linguista dinamarquês Louis Hjelmslev) que abrange tanto as classes de objetos quanto procedimentos e modelos (GREIMÁS; COURTES, 1979).

Numa definição simplificada, entende-se que nem todo o objeto individual no mundo pode ser nomeado ou diferenciado, por isso e por meio da observação e de um processo de abstração, conhecido como conceitualização, os objetos são categorizados em construções mentais ou unidades de pensamento, chamados de conceitos, que são representados em várias formas de comunicação.

Para a ISO 1087-1 (2000), conceito é uma unidade de conhecimento criada por uma combinação única de características. É influenciado pela experiência social ou cultural, que muitas vezes leva a diferentes categorizações. O conceito individual corresponde a um objeto e é geralmente representado por denominação. O conceito geral corresponde a dois ou mais objetos, que formam um grupo em razão de propriedades comuns.

De acordo com a ISO 704 (2009), os conceitos não devem ser confundidos com objetos abstratos ou imaginários (ou seja, objetos concretos, abstratos ou em determinado contexto são observados e concetualizados mentalmente e, de seguida, uma designação é atribuída). A ligação entre um objeto e a sua designação ou definição é feita por meio do conceito, um maior nível de abstração.

Para se produzir uma terminologia, é necessário que se compreenda a concetualização que sustenta o conhecimento humano em um determinado assunto da área, pois uma terminologia é sempre lida com uma linguagem especial em um campo particular do conhecimento. O conceito deve ser visto não apenas como uma unidade de pensamento, mas também como uma unidade de

conhecimento.

Na linguagem natural, os conceitos podem assumir forma de termos, denominações, definições ou outras formas linguísticas. Na linguagem artificial, podem assumir forma de códigos ou fórmulas. Em gráficos, podem assumir forma de ícones, imagens, diagramas ou outras representações gráficas. Os conceitos também podem ser expressos com o corpo humano como em linguagem de sinais, expressões faciais ou corporais.

A maneira como as coisas são vistas e representadas difere de cultura para cultura, como também de indivíduo para indivíduo. Assim, a construção do conceito depende basicamente de um referente, da emissão de juízos sobre o referente, de uma forma verbal (um termo ou um nome) e de uma maneira de usar essa forma verbal em um universo discursivo (FRANCELIN; KOBASHI, 2011, p. 210).

Barité (2015) afirma que o conceito é a abstração ou a noção que se refere a uma unidade do conhecimento, independente de sua expressão linguística, e inclui todas as suas características essenciais. O conceito, como representação simbólica, está na base da Teoria da Classificação e da Terminologia, pois é o elemento indivisível que permite representar o conhecimento contido nos documentos e organizar os enunciados correspondentes à ideia que se tem sobre qualquer coisa. Em vocabulários controlados e em linguagem natural, o conceito é representado por um rótulo.

#### **4 CONCEITO COMO CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Proseguindo na ideia de conceito como uma unidade de conhecimento, diversos autores buscaram ao longo dos anos melhor definir a ideia de conhecimento.

Currás (2005) afirma que o conhecimento é um processo mental, inteligente, para adquirir saber, um passo intermediário na elaboração de linhas de opinião. Estaria entre a maior proporção de informação útil que impacta o cérebro e seu subsequente processo mental, que origina várias formas de pensamento.

Já Hjørland (2008) relata que o conhecimento trata da divisão social do trabalho mental. Por exemplo, a organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura das disciplinas e profissões, a organização social da mídia, a produção e a disseminação do conhecimento. De acordo com o autor, por um lado, encontra-se a organização social do conhecimento, e por outro, a organização intelectual ou cognitiva de conhecimento.

Segundo Pinto (2019, p. 20),

a abordagem do “universo do conhecimento” tende a ver o conhecimento como um todo, que pode ser particionado em estruturas hierárquicas, enquanto a abordagem do “universo de conceitos” tende a ver o conhecimento como consistindo em unidades conceituais, que podem ser combinadas por meio de relações para um todo mais complexo.

Ambas postulam que existem estruturas elementares de conhecimento, que podem ser expressas em um sistema de organização do conhecimento. A representação dessas estruturas obrigatoriamente requer a interação entre semântica e sintaxe nos sistemas de organização do conhecimento e o seu estudo pode auxiliar no programa de criação de "uma fusão de gramática e significado" em sistemas de organização do conhecimento baseados em classificação (SLAVIC; CIVALLERO, 2011).

A partir do século 20, a necessidade de normalização terminológica se impõe como consequência de duas características do desenvolvimento do conhecimento científico, a interdisciplinaridade das ciências e as suas micro especializações. A primeira necessita de uma padronização dos termos para garantir a comunicação entre os especialistas, seja no interior de uma mesma disciplina, seja entre disciplinas diferentes. Já a segunda, acentua a criação de neologismos, isto é, termos novos ou antigos com nova significação, como por exemplo, o termo vírus, originalmente da biologia que foi tomado por empréstimo pela informática (RONDEAU, 1984 *apud* LIMA, 2013, p. 30-31).

## 5 A CLASSIFICAÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

As classificações são linguagens artificiais para fins especiais, suas gramáticas possuem significado léxico, ou seja, termos representando conceitos ou classes que são organizadas por meio de relações paradigmáticas e sintagmáticas. As relações paradigmáticas expressam o significado dos termos, estabelecendo relações hierárquicas entre eles, enquanto as relações sintagmáticas fornecem a sintaxe ao combinar léxicos com termos mais complexos. Os léxicos de uma linguagem de classificação bibliográfica são tipicamente expressos por meio de notação, que é um código composto de caracteres alfabéticos, numéricos ou alfanuméricos, enquanto as combinações dos léxicos resultantes da aplicação de regras sintáticas são indicadas por meios notacionais ou pela posição de elementos individuais dentro de um termo complexo (SLAVIC; CIVALLERO, 2011).

As classificações são sistemas flexíveis para representar as entidades em um universo de conceitos, mas, para se defender a ideia de múltiplos universos de conhecimento articulados por conceitos, é necessário que se criem mais mecanismos para a representação e interação.

Conceitos representam ideias, que representam signos, que são facetas flexíveis. A classificação de conceitos usa a faceta e o desenvolvimento da memória para lhe dar significado sintático e semântico. No universo do conhecimento, a classificação precisa de mecanismos para relacionar a teoria da classificação padrão e a representação da semiótica na formação da ideia natural (SLAVIC; CIVALLERO, 2011).

Segundo Barité (2015), a classificação dentro da organização do conhecimento e, portanto, na sua concepção, dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, lida com os princípios, leis e aplicações referentes à distribuição de conceitos em universos organizados. Tem por objetivo organizar coleções ou referências de documentos impressos ou digitais de acordo com seus temas.

Em contraponto a Hjørland (2008), Barité (2015) acredita que é uma técnica intelectual qualificada, que consiste na análise metódica da informação e na atribuição de símbolos (da linguagem natural ou de um sistema de organização do conhecimento), que representam os tópicos contidos na referida informação.

O sistema de organização do conhecimento apresenta uma estrutura organizada dos termos correspondentes para uma ou todas as áreas do conhecimento, representadas por notações, que atribuem símbolos à informação, de acordo com seus temas. Pode agrupá-los, separá-los, organizá-los ou referenciá-los em uma sequência lógica e inter-relacionada.

Uma vez criado o significado e construído o conhecimento, o uso da informação possui três vertentes: a tomada de decisão, a construção do conhecimento e a criação do significado.

## 6 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Do ponto de vista da cultura ocidental, a tendência geral para estabelecer uma ordenação da organização do conhecimento é visível ao distribuí-lo nas grandes classes pertencentes ao mundo inteligente e ao mundo sensível. Platão, no seu dualismo metafísico, marca essa distinção e adiciona um terceiro elemento prático em seu esquema: o teórico, o prático e o *poiético* (produtivo). Essas linhas, com mais ou menos variações, subdivisões e acréscimos, prevaleceram até aos nossos tempos. No entanto, as teorias posteriores estão inclinadas para a organização do conhecimento distribuída entre pura, aplicada e do espírito (CURRÁS, 2005).

Pinto (2019, p. 17) afirma que

A organização do conhecimento dedica-se à ordem conceitual do conhecimento. Em um sentido mais amplo, é a ciência na qual os atalhos mentais da ordenação do conhecimento são estudados. Há nela a investigação dedicada à classificação e ontologia, *thesauri* e vocabulário controlado, epistemologia e garantia, bem como o desenvolvimento de sistemas aplicados. Entre as atividades e as ferramentas de organização do conhecimento, a classificação, a taxonomia e a tipologia, por exemplo, sempre foram fundamentais para o seu desenvolvimento.

O campo da organização do conhecimento teve seu significado expandido. Em um dos seus aspectos, conserva seus princípios filosófico-psicológicos; por outro lado, se mostra como símbolo do seu uso, aplicado às tarefas diárias mais comuns e essenciais.

Currás (2005) acredita que seu estudo deve ser visto sob a ótica da apresentação e representação do conhecimento, e enfatiza que seu escopo e aplicações foram ampliados no decorrer dos anos.

Muitos outros pesquisadores se especializaram no tema. Entre as principais figuras da história da organização do conhecimento tradicional estão Melvil Dewey (1851-1931) e Henry Bliss (1870-1955). Ambos desenvolveram diferentes abordagens na organização do conhecimento. O maior interesse de Dewey era encontrar uma maneira eficiente de gerir as coleções da biblioteca. Ambicionava desenvolver um sistema que pudesse ser usado em várias bibliotecas para melhor gestão das coleções.

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) não foi criada para nenhuma coleção específica e, sim, para minimizar a carga de trabalho nas bibliotecas. Pode ser considerado um sistema conservador, pois evita mudanças estruturais. Em outras palavras, a prioridade ao longo das distintas edições (versões) é a manutenção da consistência (HJØRLAND, 2008).

Neste aspecto, o utilizador perde a qualidade de uma visão mais realista sobre as relações entre disciplinas e campos de conhecimento, mas o administrador da biblioteca tem um sistema no qual a maioria dos livros já está classificada por outras bibliotecas ou agências e que é usado tanto para a sua disposição nas prateleiras quanto para a investigação de catálogos.

Para Hjørland (2008), a sua principal qualidade é representar um padrão e não um sistema otimizado para navegação ou recuperação de qualquer interesse. Vale a pena ressaltar que o que hoje é chamado Biblioteca e Ciência da Informação era conhecida como economia de biblioteca em 1876, quando a classificação foi publicada pela primeira vez, o que também explica o facto de o seu carácter administrativo ser maior do que académico.

Já Henry Bliss acreditava que as ciências tendem a refletir a ordem da natureza e a classificação da biblioteca deve refletir a ordem do conhecimento como descoberto pela ciência, na qual a ordem natural leva à classificação científica e, por sua vez, à classificação biblioteconômica (HJØRLAND, 2008).

Esta concepção defende que para os bibliotecários classificarem livros, devem conhecer o desenvolvimento científico. Do ponto de vista da formação superior de bibliotecários, o ensino de sistemas de classificação seria melhor conduzido se incluísse cursos de enciclopédia sistematizada e metodologia das ciências, ou seja, esboços que tentam resumir os resultados mais recentes na relação de um com outro nos quais eles seriam estudados juntos (HJØRLAND, 2008).

Uma definição mais específica da área para organização da informação, apresentada por Hjørland (2008), é o desenvolvimento de atividades, como descrição do documento, indexação e classificação, realizadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de “instituições de memória”, expressão utilizada pelo autor, desempenhadas por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação e assuntos, bem como por algoritmos de computador e até mesmo leigos. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação são as disciplinas centrais da organização do conhecimento neste sentido.

O preceito tem aparecido na gestão de bibliotecas de investigação e bases de dados bibliográficas, nas quais os especialistas são muitas vezes contratados para fazer o trabalho de Organização do Conhecimento. A importância do conhecimento do assunto não foi explicitada nas abordagens seguintes, exceto nas análises de domínio fora da Ciência da Informação e em recursos computacionais (HJØRLAND, 2008).

[Bliss foi o] primeiro a dizer que um esquema de classificação representava a “organização do conhecimento” e estabeleceu sua base filosófica e teórica tendo os seguintes princípios básicos: consenso, arranjo de assuntos correlatos, gradação em especificidade, localização alternativa e brevidade da notação (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 59).

Como campo de estudo, a organização da informação está preocupada com a natureza e a qualidade de tais processos de organização do conhecimento,

bem como os seus sistemas, usados para organizar documentos, suas representações, obras e conceitos.

Pode considerar-se que a importância da organização do conhecimento está em classificá-lo, observando os conceitos e a sua relação semântica. Para avaliar o melhor método de classificação é preciso considerar os meios nos quais foram produzidos como a lógica, os estudos epistemológicos, as convenções humanas, a herança, o propósito ou uma mistura de critérios. O envolvimento na investigação do que está por detrás da classificação viabiliza a sua validade (HJØRLAND, 2013).

As teorias clássicas do empirismo e do racionalismo ainda estão muito vivas e influentes na investigação contemporânea (embora na maioria das vezes não reconhecidas). Essas teorias foram caracterizadas como falhas, mas se analisarem as suas deficiências, pode evitar-se a armadilha e fazer uma investigação conduzida a melhores classificações. Empirismo e racionalismo costumavam ser consideradas posições epistemológicas fundamentais, cuja combinação foi tentada pelos positivistas lógicos no começo do século XX sem sucesso. Hjørland (2013) considera quatro teorias como as teorias epistemológicas básicas: empirismo, racionalismo, historicismo e pragmatismo.

Nos critérios relevantes do empirismo estão as observações, dados dos sentidos, indução de coleções de dados observacionais, dados intersubjetivamente controlados. No racionalismo, os critérios são o pensamento puro, lógica, modelos matemáticos, modelagem computacional, sistemas de axiomas, definições e teoremas. No historicismo, conhecimento prévio sobre entendimento, teorias, concepções, contextos, desenvolvimentos históricos e perspectivas evolutivas. E no pragmatismo, informações sobre objetivos e valores e consequências, que envolvem o investigador e o objeto de investigação (sujeito e objeto) (HJØRLAND, 2013).

Assume-se que a organização prática de conhecimento pode ser feita por meio da aplicação do bom senso ou, nas principais bibliotecas de investigação e bases de dados, na contratação de especialistas que aplicam os seus conhecimentos específicos. Os profissionais de Ciência da Informação concentram, muitas vezes, esforços na aplicação de novas tecnologias, softwares e padrões. Aplicam frequentemente padrões para a descrição de natureza objetiva relativa. Por outras palavras, a prática da organização do conhecimento pode ser vista como uma sintaxe, ao invés de uma atividade semântica.

## 7 CONCLUSÕES

Para que se compreenda a importância da organização do conhecimento é preciso que se estabeleçam estruturas para a representação da informação para que se possa encontrá-la e difundí-la.

Ainda há muito a ser explorado neste campo do conhecimento. O aprofundamento do tema pode levar a uma melhor sistematização que resulte em uma recuperação mais eficaz e em respostas eficientes para a diversa gama de usuários das instituições de informação e memória.

Kobashi e Francelin (2011, p. 18) enfatizam o caráter vivo dos conceitos quando afirmam que sua “estabilidade depende da padronização de práticas sociais e a mudança de um conceito implica a mudança de algum padrão ou prática”. Desta forma, quando um conceito torna-se insuficiente, outros podem surgir para complementá-lo.

Assim também acontece com as terminologias criadas a partir da organização da informação em sistemas como bibliotecas, museus, arquivos ou centros de documentação. Os instrumentos resultantes dessa padronização, bases de dados, instrumentos de pesquisa, listas de classificação, índices, *thesauri*, etc, devem refletir as atuais demandas da sociedade, se atualizando quando necessário e de acordo com seus recursos materiais e pessoais.

Neste artigo, buscou-se apresentar algumas teorias dentro da Ciência da Informação, para que sirvam de base para o aprofundamento da discussão desses paradigmas e dos conceitos teórico-metodológicos de organização do conhecimento e da informação. Percebeu-se uma variação de correntes e linhas ideológicas, o que ratifica a pertinência de seu estudo para a melhoria das práticas nas instituições e sistemas de informação.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais.

**DataGramZero**, v. 2, n. 6, p. 1-17, 2001.

BARITÉ, M. **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

CARLAN, E.; MEDEIROS, M. B. B. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, ago./dez. p. 53-73, 2011.

CURRÁS, E. **Ontologías, taxonomía y tesauros: manual de construcción y uso**. 3. ed. Gijón: Trea, 2005.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 2, maio/ago. p. 207-228, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 8522431698.

GREIMÁS, A. J.; COURTES, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Orgs). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. ISBN: 978-85-98176-51-2 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2).

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge organization**, v. 353, n. 352, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. **Theories of knowledge organization: theories of knowledge**, 2013. p. 1-20.

ISO 704. **Terminology work**: principles and methods. 3. ed. Geneva: ISO, 2009.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos , categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 3, jan./jun. p. 1-24, 2011.

LIMA, V. M. A. A organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação: o mapa conceitual e terminológico como instrumento referencial para o ensino e a pesquisa. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 1, jan./jun. p. 26-48, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINTO, M. C. **A representação de conteúdo como processo de organização e acesso à informação arquivística no arquivo nacional do Brasil**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

SLAVIC, A.; CIVALLERO, E. (Eds). **Classification & Ontology**: formal approaches and access to knowledge. Würzburg: Ergon Verlag, 2011. ISBN 978-3-89913-865.